



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Município de Saldanha Marinho

Anulação do Processo Licitatório nº 014/2020
Modalidade Pregão Presencial.
Edital nº 007/2020

O Município de Saldanha Marinho - RS inscrito no CNPJ sob nº92.399.153/0001-71, com sede administrativa na Avenida Silva Tavares nº1127, nessa, por seu Prefeito Municipal, **Volmar Telles do Amaral**, torna público que anula o procedimento licitatório, modalidade Pregão Presencial, sob nº 014/2020, a qual tem por objetivo a aquisição de produtos alimentícios para diversas secretarias.

A anulação se dá em virtude da constatação de ilegalidade no referido procedimento, já que o Município possui uma população com menos de 15.000 (quinze mil) habitantes, conforme inciso IV do art. 1º da Instrução Normativa nº 206, de 18 de outubro de 2019 e, portanto, a partir de 1º de junho de 2020, tornou-se obrigatória a modalidade de pregão na forma eletrônica, art. 9º, da Lei nº 10.520/2002, observadas as regras previstas no Decreto nº 10.024/2019.

Nesse contexto, considerando a homologação do certame em 22.06.2020 e que os recursos a serem utilizados no procedimento licitatório poderão ser transferências federais, como do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), classificados pelo TCU como transferências voluntárias, na data da abertura das propostas, já estava em vigor a obrigatoriedade da utilização do pregão eletrônico.

Diante do exposto, ratifica os termos exarados no parecer jurídico da Procuradoria do Município e, considerando o disposto no artigo 49, da Lei 8.666/93¹, bem como no item 14.8 do Edital de Pregão Presencial nº 007/2020 e, com base nos princípios da Autotutela, da Legalidade e da Supremacia do Interesse Público, **RESOLVE ANULAR** o procedimento licitatório, na modalidade Pregão Presencial, sob o nº 014/2020, devendo ser providenciado imediatamente o procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico para a respectiva aquisição de produtos alimentícios.

Saldanha Marinho - RS, 24 de julho de 2020


Volmar Telles do Amaral
Prefeito Municipal

¹ Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.